

FROHMANN OU GONZÁLEZ DE GÓMEZ: fique com os dois!

*FROHMANN OR GONZÁLEZ DE
GÓMEZ: keep both!*

Isa Maria Freire

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7603-1872>

Doutora em Ciência da Informação pelo convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

E-mail: isafreire2011@gmail.com

Michelle Pacheco Gómez

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5467-4846>

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil.

E-mail: michelle.p.gomez@hotmail.com

Nídia Maria Lienert Lubisco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5008-8878>

Doutora em Documentação pela Universidad Carlos III de Madrid (UC3M), Espanha. Docente permanente no Programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil.

E-mail: nidialubisco@gmail.com

RESUMO: Este artigo compreende a aplicação teórica sobre o tema desinformação, tomando como exemplo os dados de uma pesquisa recente sobre a rede social virtual QAnon, caracterizada como um regime de informação na Internet. Abordou-se a temática através de pesquisa exploratório-descritiva, tendo como procedimento a pesquisa documental, usando análise de conteúdo aliada à observação não participante, por meio de imersão na deep web, de onde se acessou um usuário autodenominado “Q”, baseado em dogmatismo, que utiliza a Internet para disseminar informações falsas. Com base nos dados da pesquisa, abordam-se os processos envolvidos na constituição do regime de informação do QAnon, desde as ações e os sujeitos até os dispositivos e artefatos, mediante os quais a rede exerce seu poder e domínio sobre seus usuários. Como complemento, foram adotadas concepções sobre mediação e usabilidade na rede Internet, bem como as formas de poder, destacando-se o poder ideológico, que envolve o controle de informações com a finalidade de exercer influência sobre comportamentos de um determinado grupo. Conclui-se que a abordagem do regime de informação é tão produtiva na perspectiva de Frohmann, quanto no modelo de González de Gómez, iluminando a pesquisa em Ciência da Informação com seus insights e construções epistemológicas.

PALAVRAS-CHAVE: regimes de informação; sociedade da informação; desinformação; epistemologia; Ciência da Informação.

ABSTRACT: We share the results of theoretical application on the topic of disinformation, taking as an example the data from recent research on the virtual social network QAnon, characterized as an information regime on the Internet. The research approached the theme through the exploratory-descriptive technique, using documentary research as a procedure, using the content analysis technique combined with non-participant observation, through immersion in the deep web, concluding that a user, calling himself “Q”, based on dogmatism, uses the Internet to disseminate false information. Based on the research data, we address the processes involved in the constitution of the QAnon information regime, from the actions and subjects to the devices and artifacts, through which the network exercises its power and dominance over its users. As a complement, concepts were adopted about mediation and usability of the Internet network, as well as forms of power, highlighting ideological power, which involves the control of information with the purpose of exerting influence on the behaviors of a certain group. In the end, we conclude that the theoretical approach to the information regime is as productive from Frohmann’s perspective as from González de Gómez’s model, illuminating research in Information Science with its insights and epistemological constructions.

KEYWORDS: Network society; Information regime; Disinformation - Fake News; QAnon; Epistemology – Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo origina-se de uma pesquisa de mestrado sobre a relação dos regimes de informação com os contextos sociais nos quais se inserem, atuando de forma dominante para disseminar informações e influenciar a sociedade conforme as ideias que veiculam, destacando o fenômeno “QAnon” como líder de uma proeminente teoria da conspiração. Nesse contexto, contrariamente à concepção de informação como redutora de incertezas, o usuário “Q” promove sistematicamente a desinformação, por meio de notícias falsas, responsáveis por unir conteúdo inverídico e a intencionalidade de quem as dissemina, fato que vem abalar a confiança nas instituições formais de conhecimento.

Esse contexto temático suscitou interesse em ampliar a proposta original da pesquisa, com base no diálogo com Frohmann e González de Gómez, dando uma outra perspectiva àquela que se dispunha até então. Os dados coletados e analisados possibilitaram a aplicação de outro modelo de regime de informação, apresentando uma nova perspectiva que inclui não só as redes, mas também as estruturas sociais, a exemplo de instituições e regras, artefatos e tecnologias.

Os regimes de informação podem ser compreendidos como conjuntos de circunstâncias que viabilizam o fluxo de dados. Devido às suas características singulares, eles estão interligados aos ambientes sociais nos quais estão inseridos, exercendo influência na disseminação de dados, assemelhando-se a uma rede, à medida que as ideias se propagam de uma fonte inicial para outras partes. Uma entidade pode ocupar uma posição central em um sistema, servindo como uma fonte primária de informações, distribuindo determinados conteúdos através de canais, e assegurando que muitas pessoas adotem e reproduzam tais ideias.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um pesquisa exploratório-descritiva, cujo detalhamento encontra-se na seção 2 que segue.

A estrutura deste trabalho inicia-se com um panorama geral da pesquisa que

lhe deu origem; segue para a abordagem de Frohmann; apresenta o QAnon e, em seguida, procede para uma análise a partir das redes; aplica o modelo de González de Gómez e encerra com as conclusões pertinentes.

2 A PESQUISA ORIGINAL

A pesquisa sobre desinformação na sociedade em rede considera a íntima relação entre informação e comunicação na sociedade contemporânea. Sob esse enfoque, trata os regimes de informação mediante a contribuição de autores como Frohmann (1995), cujo modelo foi escolhido para abordar o regime de informação enquanto conjunto de condições que possibilitam a circulação de informações e se relacionam com os contextos sociais nos quais estão inseridos, atuando de forma dominante para disseminar determinadas informações, tecendo a sua teia, exercendo influência dentro do grupo conforme as ideias transitam de um ponto originário para os demais pontos da rede.

Nesse contexto, seria possível um sujeito social localizar-se no centro de um sistema e atuar como fonte de informação primária, compartilhando determinados conteúdos por canais disponíveis na Internet e garantindo que as pessoas acreditem e repliquem essas ideias. Essa foi a forma encontrada pelo usuário anônimo conhecido como “Q”, estabelecido como QAnon, para difundir a sua mensagem, utilizando-se da Internet como meio de transmissão.¹

O tema da pesquisa é a desinformação, e o recorte temático é a desinformação na Internet, com foco nas publicações divulgadas pelo QAnon, abordadas como eventos de

desinformação na Internet pela disseminação de *fake news*, de forma a intervir no regime de informação vigente na sociedade em rede, definindo-se como questão de partida: - “De que forma o QAnon se estabeleceu como um regime de informação para disseminar desinformações”? Para respondê-la, definiu-se como objetivo geral

1

O QAnon ainda é um assunto pouco explorado no Brasil, o que lhe confere um caráter inovador, em especial na correlação com os regimes de informação. Até essa pesquisa, iniciada em 2020, não havia trabalhos acadêmicos publicados no Brasil sobre o QAnon. Em 2022, no 29º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, a autora apresentou o primeiro trabalho sobre o tema na área de Ciência da Informação.

do estudo caracterizar o QAnon como um regime de informação que dissemina desinformações com consequências informacionais para a sociedade; e como objetivos específicos: (i) descrever a trajetória e as ações do QAnon; (ii) apresentar o QAnon como regime de informação; e (iii) caracterizar os seguidores de “Q” como sujeitos sociais neste regime de informação.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, com foco na compreensão do fenômeno e ênfase no aspecto subjetivo. As técnicas utilizadas foram **análise de conteúdo**, por se tratar de pesquisa documental, a partir de textos originais do sujeito “Q”; **observação não participante**, para obtenção de determinados aspectos da realidade; e **análise do meio** em que os textos foram divulgados e as consequências dessa ação. O ciberespaço foi definido como universo social do estudo, especificamente os fóruns virtuais e os *sites* nos quais o usuário anônimo “Q” realizou suas postagens, bem como as pessoas que tiveram contato com tais materiais informativos.

Neste processo, visitou-se a *deep web* para observação e coleta de dados a respeito dos materiais publicados e divulgados pelo próprio QAnon, bem como por seus seguidores mais próximos. Para esse procedimento, utilizou-se um navegador específico chamado *Tor*, capaz de acessar as camadas profundas da Internet, que os navegadores comuns não conseguem ler. Também foi necessário criar uma máquina virtual dentro do computador original, utilizada para mascarar os dados e proporcionar mais segurança contra invasões de pessoas mal-intencionadas e contra vírus.

Desse modo, ressalta-se que o regime de informação estudado é específico e deve ser analisado em suas características fundamentais e únicas, no contexto da sociedade da informação. Para a análise dos dados foi adotado o modelo de Frohmann (1995) relativo aos regimes de informação, que os aborda como redes pelas quais a informação flui, partindo de autores específicos para grupos de usuários que a compartilham, como é o caso do QAnon.

2.1 A ABORDAGEM DE FROHMANN

Bobbio (2007) identifica três formas de poder: econômico, ideológico e político, das quais destaca-se, para efeito da sua pesquisa, o poder ideológico. Trata-se de um poder que se vale da posse de certas formas de saber, o que envolve o controle de informações, com a finalidade de exercer influência sobre comportamentos de um determinado grupo. Essa forma de poder está intimamente relacionada à política, uma vez que diz respeito à habilidade argumentativa como forma de exercer domínio sobre as pessoas, influenciar suas ações e pensamentos, alterar o curso da história e criar oportunidades que sejam úteis àqueles que estão no topo da cadeia de comando. Tudo isso trabalhando com a opinião pública.

Foucault (2013, p. 27), por sua vez, aborda as relações de “poder-saber”, segundo as quais o poder produz saber atuando de maneira conjunta, uma vez que “não há relação de poder sem constituição relativa de um campo de saber, nem saber que não pressuponha e não constitua simultaneamente relações de poder”. Isso pode ser observado no contexto dos regimes de informação, uma vez que a relação de poder existente dentro desse sistema informacional propicia a circulação de saberes entre as partes que o compõem. Nesse sentido, como destaca González de Gómez (2012), o regime de informação passa a remeter às relações que a autora chama de “informação-poder”, sustentadas pelo pressuposto de que a informação seria aquilo que circula e dinamiza as tecnologias digitais.

Na perspectiva do poder, Frohmann (1995) ajuda a esclarecer **o que são e como funcionam** os regimes de informação:

[...] quando pensamos sobre os fluxos de informação girando ao nosso redor, sejam eles culturais, acadêmicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais ou seus muitos híbridos, percebemos que eles têm formas e estruturas específicas. Chamemos, portanto, **qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determináveis de produtores específicos, por meio de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos**, um regime de informação. Transmissão de rádio e televisão, distribuição de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiriços, a *infobahn*² emergente: todos são nós de redes de informação ou ele-

²

Usado como diminutivo de information superhighway, conforme Dicionário Cambridge de Inglês para Negócios. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/>.

mentos de regimes específicos de informação. (Frohmann, 1995, p. 21, grifo nosso)

O autor aborda os regimes de informação como sistemas pelos quais a informação deverá fluir, utilizando-se de estruturas organizacionais com fins de atingir usuários específicos, deixando claro que os meios de comunicação, quaisquer que sejam, são responsáveis por manter tais fluxos tornando-se elementos desse regime, inclusive a rede mundial de computadores - a Internet. Vale destacar que, nessa perspectiva, os regimes de informação são vistos como redes, com normas específicas de atuação compartilhadas por uma ampla gama de atores sociais, sejam individuais ou coletivos, humanos ou não humanos.

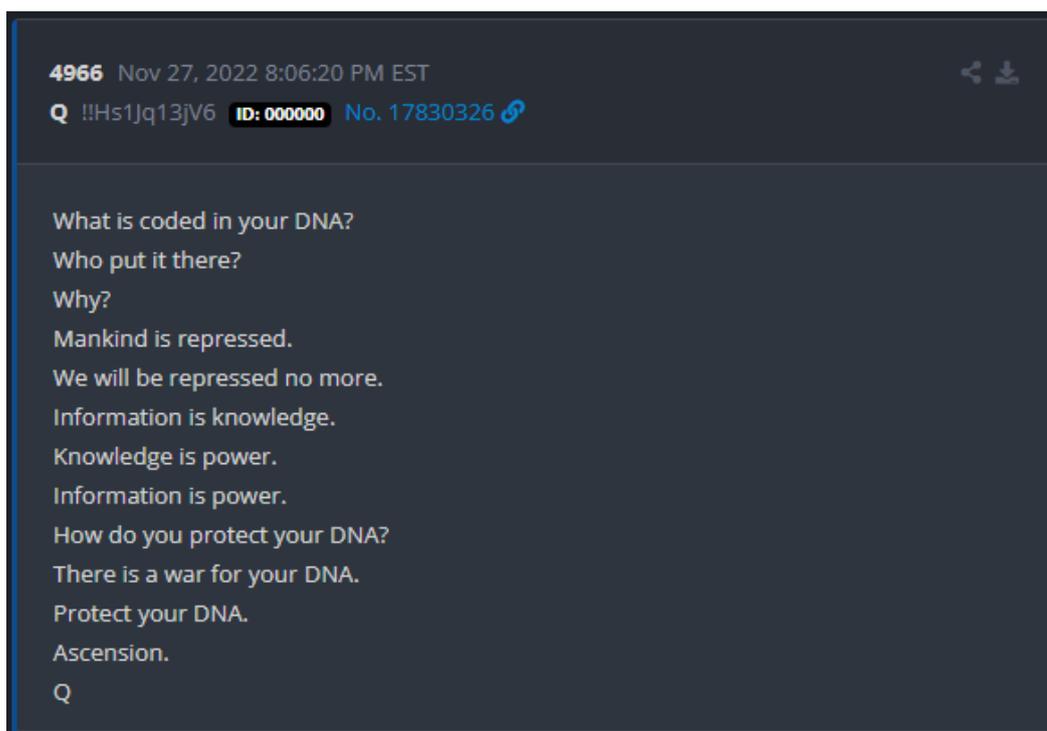
2.1.1 O QAnon

A teoria denominada QAnon surgiu no fórum virtual e anônimo **4chan**, conhecido nos ambientes progressistas por ser “politicamente incorreto” e também por abrigar grupos da extrema-direita. Dando início às postagens, um usuário utilizando o nome de “Q”, publicou diversos textos sob o título “A calmaria antes da tempestade”, estabelecendo sua lenda segundo o qual alegava ser um membro infiltrado no governo dos Estados Unidos, fazendo parte de uma agência secreta e sendo referido apenas pela letra inicial “Q”, devido ao seu nível de segurança. Com essa autorização, seria uma pessoa que conheceria a verdade sobre uma luta secreta pelo poder, envolvendo o presidente Donald Trump, o “estado profundo”, Robert Mueller, os Clintons, grupos de pedofilia, entre outros sujeitos sociais (Wong, 2018).

Todas essas ações fizeram com que, antes das eleições presidenciais norte-americanas de 2020, o Federal Bureau of Investigation (FBI) classificasse o movimento do QAnon e seus seguidores como uma ameaça doméstica e seus apoiadores como extremistas. Isso ficou ainda mais claro com o ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, um ato pró-Trump, que contestava o resultado das eleições e cujos manifestantes alegavam haver sido enviados pelo “Q”. Ainda no meio da multidão que tomou o Capitólio, havia diversos outros ativistas proeminentes e seguidores de “Q” sendo vistos em ação, além de faixas do lado externo e interno do prédio

em apoio ao movimento (Wendling, 2021).

Um exemplo de postagem do usuário “Q” para promover desinformação é a última manifestação *on-line* assinada por ele próprio, na data de 27 de novembro de 2022. Nesse período, questionava-se a eficácia das vacinas contra o coronavírus, responsável pela COVID-19, além de alegar que determinadas vacinas poderiam estar sendo utilizadas pelo governo, empresas de tecnologia e companhias farmacêuticas para alterar o DNA dos que fossem “infectados”. Essas manifestações não tinham fundamentação científica, porém, ainda assim, foram amplamente disseminadas, conforme pode ser observado na Figura 1 que segue.

Figura 1 – Postagem de “Q” em 27 de novembro de 2022³

Fonte: Intelligence Drops, 2022.

As teorias disseminadas são, portanto, persuasivas e tendem a se infiltrar na sociedade, seja para serem aceitas integralmente ou apenas parcialmente, o que, por si só, confunde a opinião pública. Por ser uma metateoria composta por várias teorias menores, é difícil não se deparar com pelo menos alguma das notícias falsas criadas por “Q” e seus seguidores, ou não ter ouvido falar delas de alguma forma, dado que estão constantemente presentes em campanhas e declarações com cartazes, além de transmitirem uma imagem positiva ao se apresentarem como uma luta “nobre” contra pedófilos.

3

O que está codificado no seu DNA? Quem colocou ali? Por quê? Humanidade está reprimida. Não seremos mais reprimidos. Informação é sabedoria. Sabedoria é poder. Informação é poder Como você protege o seu DNA? Há uma guerra pelo seu DNA. Proteja o seu DNA. Ascensão. Q

Assim, o nome QAnon designa uma pessoa, mas também uma teoria da conspiração, além de uma rede de pessoas, constituída pelos seguidores do usuário “Q”. Dentro dessa organização, “Q” assume a posição central na “teia” de conexões que une os participantes do regime, sendo o “líder do culto” que “descobre a verdade”, divulga e não pode ser questionado, devendo a sua “verdade” ser passada adiante.

“Q” cria um conteúdo, uma postagem - também chamada de “migalhas” (*crumbs*, no original) -, que será examinada e discutida para que os seguidores interpretem o significado que, estabelecido pelo grupo, todos devem aceitar, assimilar e repetir, pois “Q” sempre está correto. É possível observar o sistema de rede delineado por Frommann, no qual a informação flui de um autor específico com o intuito de alcançar os demais nós. Tal estrutura configura um regime de informação, pois não importa o que ele, o QAnon, diga, pois ele será acreditado, por mais absurdo que possa parecer, por mais que autoridades possam contradizer ou provar que está errado, como no caso das vacinas citado anteriormente.

Outro ponto altamente significativo e presente é a dinâmica de poder mencionada pelo autor citado, dentro das interações sociais mediadas pela informação, onde o controle da informação é adquirido e mantido por grupos específicos. No caso de “Q”, como membro central desse regime, ele não deve ser contestado e qualquer um que o faça é considerado um intruso. A informação se torna um instrumento de manobra para a manutenção do poder por parte dos dominantes.

2.1.2 Uma análise a partir das redes

Com o início da pandemia de Covid-19 em 2020, houve um considerável aumento de teorias pseudocientíficas circulando na Internet, merecendo destaque aquelas relacionadas à saúde. Como exemplo, tem-se o caso de Bill Gates sobre a vacina contra o coronavírus, motivo para diversas pessoas não se vacinarem:

De acordo com uma nova pesquisa do Yahoo News/YouGov, 44% dos republicanos acreditam que Bill Gates está planejando usar uma campanha de vacinação em massa contra a COVID-19 como pretexto para implantar microchips em bilhões de pessoas e monitorar seus movimentos – uma teoria da conspiração amplamente desmascarada com nenhuma base de fato (Romano, 2020).

Nesse ambiente, marcado pela desconfiança nas instituições formais de conhecimento, tais como universidades, instituições de pesquisa, cientistas e na mídia, a teoria da conspiração QAnon ganhou força.

Na pesquisa original, adotou-se, conforme já indicado, a abordagem de Frohmann (1995), que pareceu adequada por abordar os regimes de informação como sistemas de redes pelos quais a informação circula, com normas, produtores e seguidores próprios; ele pontua que os regimes atuam de maneira determinante nas relações sociais em que estão inseridos, exercendo, assim, seu poder de dentro para fora das organizações, por meio dessas mesmas intrincadas redes, atuando de maneira a impor o seu poder, como se pode observar na narrativa que segue:

Um usuário, 'Q', ocupa o centro da rede que liga os participantes do regime. Quando "Q" produz um determinado conteúdo, uma postagem na internet também conhecida como 'migalhas' (*crumbs*, no original em inglês), seu conteúdo será analisado e debatido *on line* para que os usuários/seguidores compreendam e determinem o significado. A partir daí, havendo um significado estabelecido pela maioria do grupo, todos devem acatar essa interpretação, internalizar e repetir a informação, pois a fonte 'Q' está sempre certa, conhece a verdade e busca o melhor. Observa-se, então, o sistema de rede definido por Fromann (1995), pelo qual a informação flui de um autor específico com o objetivo de atingir os demais usuários da rede (Gómez, 2023, p. 51).

Como se pode inferir, QAnon atua não apenas de maneira determinante, ditando aos membros do grupo como agir e no que acreditar, exercendo seu poder de dentro para fora por meio dessas mesmas redes, mas também age de modo a pacificar conteúdos como forma de impor o seu poder. Nesse sentido, ele e os seus seguidores têm uma clara relação hierárquica e de comando dentro desse regime de informação, além da sua capacidade de liderar que lhe permite ditar as regras de conduta nessa relação. Por fim, um último aspecto desse poder se evidenciaria na aceitação das normas impostas por ele aos seus seguidores como verdades absolutas e inquestionáveis e que tornam o seu poder viável.

Assim, na perspectiva das redes de Frohmann (1995), observa-se que o sujeito social "Q" criou uma intervenção no regime de informação na sociedade

em rede, estabelecendo seu próprio regime sob o nome de QAnon. Esse regime é responsável pela manutenção de seu poder e influência entre os usuários da Internet inscritos na rede, além de ser parte essencial para continuidade da disseminação de informações, muitas vezes sem qualquer embasamento factual e baseadas na força dos dogmas do grupo.

3 O MODELO DE GONZÁLEZ DE GÓMEZ

González de Gómez (2002, p. 34) contribui para a discussão em pauta na sociedade em rede com sua própria definição de regime de informação, visto como

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um 'regime de informação' constituiria, logo, *um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.* (Itálico nosso)

A autora denomina *regime de informação* como paradigma informacional dominante em um determinado meio social, o qual introduz normas próprias a serem seguidas por esse mesmo grupo, no sentido mais amplo do que possa envolver esse gerenciamento da informação. E, nele, destaca a organização desse fluxo infocomunicacional em rede, sobretudo a transferência de conteúdo dos polos produtores para os consumidores por meio de canais digitais.

Observe-se que essa definição não se distancia daquela de Frohmann, visto que ambas interpretam os regimes de informação como estruturas informacionais nas quais produtores de informação estão no centro de redes e têm a função de disseminar conteúdos, muitas vezes produzidos por eles próprios. Contudo, a perspectiva de González de Gómez (2002) está mais voltada para o processo de mediação, não se reduzindo à utilização de meios físicos de transmissão, bem como

para a questão da usabilidade na comunicação, o que se traduz em uma abordagem mais ampla do objeto “regime de informação”.

González de Gómez e Chicanel (2008) trazem uma perspectiva voltada para o aspecto político dos regimes de informação. As autoras entendem que o regime de informação será definido pelo modo de produção informacional dominante em uma formação social, estando aí associadas as escolhas daqueles que são reconhecidos como sujeitos, a intervenção de instituições e a criação de regras e, também, as autoridades informacionais. Ou seja, tudo que envolve a transmissão da informação em um determinado ambiente, a forma como a informação irá circular, por quais meios, quem estará produzindo e para quem.

O regime de informação remete assim, a uma equação entre potencialidades e forças de diferentes origens e direções que, combinadas, definem os modos de distribuição - entre diferentes atores sociais, atividades e regiões - da potência construtiva e do poder seletivo que se manifestam na geração, circulação, acesso e uso de informação (González de Gómez; Chicanel, 2008, p. 5).

Para González de Gómez (2019, p. 138), o termo “regime de informação” foi concebido “[...] a fim de analisar a posição e os papéis de práticas, profissões, instituições e recursos de informação, nas novas configurações das relações da sociedade, do Estado e do mercado”. A autora mantém o entendimento de que os regimes de informação abordam a transmissão e a mediação da informação, passando de polos produtivos, que originam um determinado conteúdo (dispositivos), para polos receptores.

Este também é o entendimento de Unger e Freire (2006, p. 105), que descrevem os elementos da composição física dos regimes de informação, os quais seriam caracterizados por:

- estoques de informação (que se constituem de linguagens documentárias e sistemas de informação);
- diretrizes políticas que contornam e direcionam os conteúdos informacionais abrigados nos sistemas de informação;
- seres humanos e suas necessidades informacionais;
- ambiente cultural-sócio-econômico-político em que se encerram;
- acesso à informação;
- meios físicos que permitem o ir e vir da informação.

Unger e Freire (2006) destacam que esse conjunto de atores e suas ações, bem como os dispositivos e artefatos informacionais a serem utilizados, fazem parte da capacidade da disseminação da informação dentro de um regime de informação. Nesse sentido, convém lembrar do imenso alcance das publicações postadas pelo QAnon, o que destaca a alta capacidade de disseminação de informações por ele veiculadas no âmbito de seu regime específico. Ademais, vale destacar que as “teorias” difundidas pelo usuário “Q” seriam exatamente os dispositivos informacionais do regime de informação por ele estabelecido em seu grupo, que pode ser entendido como uma forma de vida social. Nesse sentido, González de Gómez (1999, p. 110) entende que “[...] a sociedade da informação poderia ser entendida como aquela em que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do estado”.

Sem embargo, isso significa dizer que o modelo de sistema social da sociedade da informação tem a sua sustentabilidade conectada diretamente às possibilidades de acesso à informação. Dessa maneira, a sociedade em rede necessita de suporte informacional adequado para atender às necessidades mais variadas e inerentes a demandas sociais emergentes. Unger e Freire (2006, p. 103) destacam que:

A informação é, então, fator preponderante nas relações humanas no modelo social da Sociedade da Informação, o que garante aos regimes de informação importância e relevância na formação de cidadãos livres e aptos para o convívio social. Por outro lado, os regimes de informação não são per se garantia de estabilidade política e integração social.

Assim, uma vez que o objeto “informação” está no centro das relações interpessoais na sociedade atual, os regimes de informação, como formas de disseminação, mediação e transmissão da informação adquirem maior destaque, seja para a promoção de cidadania e do conhecimento, mas, também para promover a alienação, tudo isso dependendo do conteúdo transmitido. Vale destacar que Castells (2000, p. 53) defende que “[...] no novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte da produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de

processamento da informação e de comunicação de símbolos”.

Unger e Freire (2006) assinalam que os sistemas de informação constituem um dos pilares dessa recente forma de produção social, visto que possibilitam o acesso à informação, fator de sustentabilidade e desenvolvimento da produção de bens e serviços. Para os autores, o regime de informação se apresentaria como uma composição de dois fatores: “um meio ambiente físico onde se instalam os artefatos tecnológicos e as políticas informacionais que regulam sua produção e comunicação” (Unger; Freire, 2006, p. 92). E complementam:

Na nossa interpretação, regimes de informação podem ser definidos como ambientes onde convivem os sistemas de recuperação da informação, as linguagens documentárias, e os seres humanos com suas necessidades informacionais. As ofertas informacionais dos regimes de informação são advindas de meios de comunicação de massa, pela mídia eletrônica, instituições de ensino e pesquisa, organismos governamentais e não governamentais, agências de fomento, associações de classe, organizações religiosas etc (Unger; Freire, 2006, p. 93).

Observa-se, então, um retorno aos conceitos de Frohmann ao destacar a importância das políticas informacionais, em especial pelo destaque à produção da informação e ao modo como ocorre a comunicação, mas também por citar a tecnologia, um fator imprescindível no regime de informação da sociedade em rede. Esse conceito de regime de informação aborda a recuperação da informação, nas pessoas e no atendimento às necessidades informacionais, muito mais do que a transmissão em si mesma. O elemento humano é o que ganha destaque, juntamente com os meios de comunicação, em especial a mídia eletrônica, condizente com a sociedade da informação no período histórico atual.

Portanto, o regime de informação, nessa abordagem, torna-se bastante abrangente e preciso, ajustando-se àquilo que se passa na Internet, uma vez que, na atualidade, é o veículo perfeito para transmissão de dados e informações utilizado pela humanidade, e é também um ambiente ocupado por usuários movidos pela vontade de acessar novas tecnologias e conhecimentos. Um ambiente com regras próprias e um desenvolvimento específico das relações sociais, que impõe suas regras de poder, organização e gestão, sem obedecer a fatores geográficos. A própria

informação torna-se o elemento responsável por estruturar toda a comunidade de pessoas nas mais variadas classes de atividades humanas. Nesse sentido, Unger e Freire (2006, p. 94) sinalizam que

Entre os limites e bordas que contornam um regime de informação está o ciberespaço que é o local onde, virtualmente, transita a informação. O termo acabou por se transformar num sinônimo de Internet, mas o conceito subjacente é mais lato. De uma maneira geral, ciberespaço é o espaço de convergência de todos os meios de comunicação - áudio, vídeo, telefone, televisão, cabo e satélite.

Assim, o ciberespaço é o lugar de trânsito informacional em sentido amplo, um espaço não físico, mas que existe de maneira virtual. Ademais, conforme os autores,

A aldeia global viabilizada pela Internet possibilitou o acesso de milhões de pessoas a uma partilha de informação, experiências e atividades que ultrapassam as barreiras tradicionais do espaço, tempo, língua e cultura. E nesse meio ambiente cabem muitos regimes de informação, cada um com sua política e seus artefatos: sistemas de recuperação e linguagens documentárias que podem aproximar a informação de seus possíveis usuários, na sociedade (Unger; Freire, 2008, p. 94).

O ciberespaço tornou possível o compartilhamento de informações em tempo real, transpondo as clássicas barreiras citadas acima. Também, apoiado nas tecnologias de informação e comunicação, tornou-se um ambiente propício para a proliferação dos Regimes de Informação em comunidades cibernéticas. Nesse sentido, González de Gómez (2019, p. 143-144) ressalta que:

Se a transversalidade se perfilava como tendência em comum dos regimes de informação dominantes, no contexto da expansão da Internet e da consolidação da Web, nas últimas duas décadas passamos a vivenciar uma vigorosa expansão do que alguns denominam “a plataforma das infraestruturas”. As plataformas denominam, de modo geral, dispositivos digitais que compartilham ou disponibilizam, a terceiros (desenvolvedores e usuários), o acesso, uso e produção de informações, ferramentas analíticas, tecnologias e, ao mesmo tempo, agem como moderadores, exercendo o controle dos conteúdos, das modalidades de acesso e dos perfis dos usuários que vão integrar o ciclo produtivo da plataforma.

Surge, assim, a expansão do uso das plataformas digitais como meios de comunicação e difusão da informação, orientadas de forma a servir como vias pelas

quais os regimes de informação podem atuar de maneira virtual. Dessa maneira, fica evidente que o fato de se tratar de um meio virtual não inviabiliza que se estabeleçam regimes de informação, muito pelo contrário, os regimes podem ser identificados, caracterizados, estudados e compreendidos em suas formas e também na maneira como atuam nesses ambientes, nas comunidades virtuais onde estão inseridos.

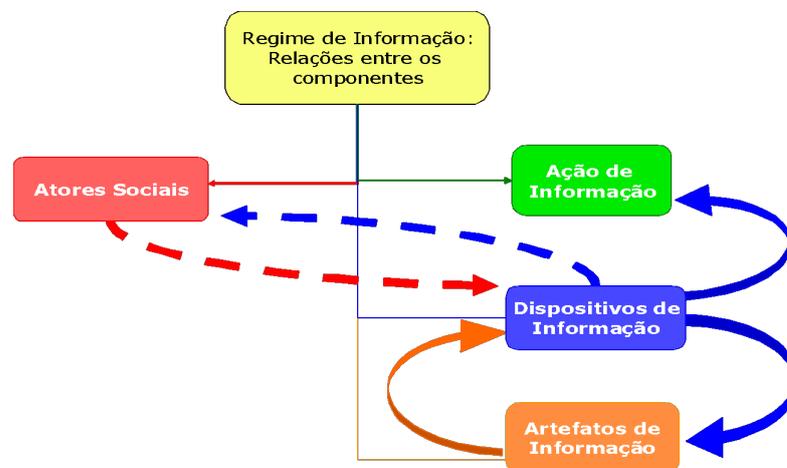
3.1 “QUEM CONTA UM CONTO..”

É neste ponto que introduzimos uma nova perspectiva sobre o regime de informação do QAnon, um olhar que inclui não somente as redes, mas também, e especialmente, as estruturas sociais dominantes na sociedade, tais como instituições e regras, artefatos e tecnologias. Para González de Gómez (2002, p. 34), um regime de informação é um

modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Uma representação gráfica (figura 2), criada por Delaia (2008) descreve as relações entre os elementos de um regime de informação, destacando sua reciprocidade, como segue.

Figura 2 – Representação da relação entre componentes do regime de informação



Fonte: Delaia (2008)

Resumimos a seguir, suas respectivas definições, segundo González de Gómez:

- a) Os *atores* ou *sujeitos* sociais, que “podem ser reconhecidos por suas formas de vidas e constroem suas identidades através de ações formativas” (González de Gómez, 2003, p. 35);
- b) Os *dispositivos* de informação, que podem ser considerados como um mecanismo operacional (González de Gómez, 1999, p. 63);
- c) Os *artefatos* de informação, que constituem os modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagens, informação (González de Gómez, 2002, 2003).

De modo que o regime de informação consiste no conjunto de determinações onde estão definidos os elementos que compõem o fluxo estrutural da produção, organização, comunicação e transferência de informações, em um dado espaço social. González de Gómez (2003, p. 34) analisa a *informação enquanto ação de informação* na perspectiva de que as ações constituem um conjunto de estratos heterogêneos e articulados, a saber:

- a) De *informação*, estrato semântico-pragmático que se define nos inúmeros setores da produção social, sob a forma de ações narrativas;
- b) De *metainformação*, estrato regulatório definido nos espaços institucionais do Estado, do campo científico, da educação formal, da legislação e dos contratos;
- c) De *infraestruturas*, estrato dos objetos de informação, “definido na indústria e nos mercados das tecnologias, das máquinas e dos produtos”.

A partir de Collins e Kush (1999, p. 19), González de Gómez também admite outra leitura das ações de informação, conforme se trate de ações *mimeomórficas* ou *polimórficas*, esclarecendo que

Ações mimeomórficas seriam aquelas que poderiam ser reproduzidas tanto por um observador externo [...] que não compreende sua intencionalidade nem seu contexto de geração [...] quanto por quem compreende a ação (Collins; Kush, 1998, p.21). São tipos de ações

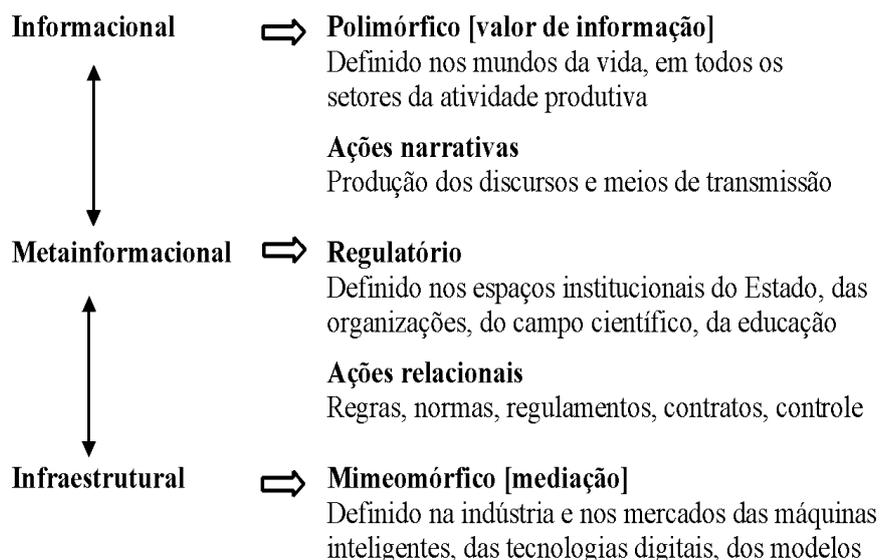
pré-modeladas que podem apreender-se através de exemplos, por treinamento (González de Gómez, 2003, p. 34).

Por sua vez,

Ações polimórficas são aquelas que só podem ser compreendidas por quem participa de uma cultura ou forma de vida. Nesse caso, a mesma ação, na mesma situação, pode ser executada conforme um número indefinido de comportamentos e, ao mesmo tempo, uma mesma instância de comportamento pode dar lugar a muitas e diferentes ações. Dado que são ações determinadas por regras, o modo “correto” de praticá-las só é possível para quem participa da forma de vida que é o contexto da ação. [Como no caso da formação profissional, na forma de vida científica] (González de Gómez, 2003, p. 34).

Nessa abordagem, em um dado regime de informação, os atores ou sujeitos sociais, “[...] são reconhecidos por suas formas de vidas e constroem suas identidades através de ações formativas existindo algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação” (González de Gómez, 2003, p. 35, *itálico nosso*). Para desenvolver as ações formativas, os atores sociais criam dispositivos de informação, e para compartilhar os resultados do processo, os sujeitos desenvolvem artefatos de informação, que constituem os modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagem, informação.

Figura 3 – Interfaces dos estratos e das ações de informação



Fonte: Baseado em Freire (2020)

Nesse modelo, no processo de operacionalização das ações de informação, os sujeitos sociais desenvolvem mecanismos que operam dispositivos em um processo que:

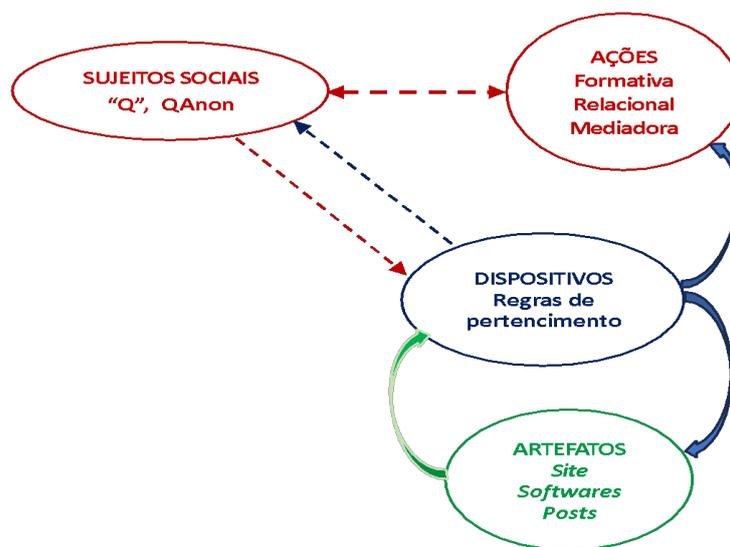
[...] não pode ser definido *a priori* por sua intenção e direção (semelhante a um “aparelho ideológico de Estado”), nem possui a neutralidade que o torna um instrumento para qualquer orientação ou intenção posterior (como no conceito de “recurso de informação”). Sendo aquilo que se define em seu campo de operação, um dispositivo possui, desde seu início, regras de formação e de transformação (p. 26). Quando o aspecto material da cultura é enfatizado, fala-se em artefatos de informação ou objetos informacionais (González de Gómez, 1999, p. 5).

De modo geral, um dispositivo de informação é constituído sobre dispositivos anteriores de informação, que atuam como seu preenchimento estratégico em um dado regime de informação.

A reutilização é parte do dispositivo. As redes de comunicação remotas, nessa concepção, seriam num primeiro momento herdeiras dos conteúdos informacionais já disponíveis em meio digital, independentemente de gerar outros recursos, e de modificar conforme os novos sistemas de inscrição os repositórios já existentes (González de Gómez, 1999, p. 26).

Aplicando a lógica das interfaces dos estratos ao modelo gráfico de Delaia (2008), identificamos as relações entre elementos do regime de informação no QAnon:

Figura 4 – Interação entre elementos no regime de informação QAnon



Fonte: Elaboração própria (2023)

Nessa perspectiva, o regime de informação do QAnon constitui uma intervenção no regime de informação da sociedade em rede: “Q” inicia as publicações e, na sequência, cria um valor de informação no fórum no qual se manifesta o QAnon, com seus dispositivos ideológicos e artefatos de informação. Trata-se de ação formativa produzida no âmbito de e para uma forma de vida reconhecida no contexto da sociedade da informação, qual seja a dos usuários da rede Internet.

É nesse contexto que os atores ou sujeitos sociais, atuando em suas respectivas formas de vida, constituem um “valor de informação”, no caso do QAnon um post, a partir de formas culturais de linguagem que traduzem suas experiências do mundo e seus desdobramentos em atos de inscrição, enunciação, transmissão e interpretação. Com esses elementos, o regime de informação QAnon se constituiu e segue produzindo posts a partir de sua própria ideologia, os quais devem ser

aceitos sem discussão pelos usuários, ampliando o espaço da desinformação na sociedade em rede.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo original abordou os regimes de informação em sua organização e operacionalização, bem como as formas de uso por aqueles que os compõem, demonstrando a criação e desenvolvimento de um regime de informação utilizado para disseminar informações falsas, com consequências graves para a sociedade. Apresentou-se uma abordagem diferenciada do QAnon e do fenômeno da desinformação, com foco em ambientes virtuais e na oportunidade de intervenção no regime de informação dominante.

QAnon é possivelmente a primeira teoria da conspiração a compreender, abraçar e se utilizar da natureza participativa da Internet e, certamente, esse é um dos motivos para atrair tantos seguidores e se disseminar tão rapidamente. O usuário “Q”, seu alter ego, revela-se como um contador de histórias que se tornou um mestre da narrativa virtual e fala para uma audiência que não apenas deseja ler, mas também participar. Essa participação se tornou, cada dia mais, um fenômeno comum na mídia, pois não há mais necessidade de um mediador para selecionar o conteúdo e amplificá-lo para as massas. Em vez disso, no novo modelo, a audiência se torna plenamente participante e essencial para a circulação da informação e ela própria passa a ser a responsável por criar o conteúdo, adicionando informações ou contando novas histórias por ferramentas como Google ou redes sociais (Zuckerman; Mcquade, 2019).

Demonstrou-se essa dinâmica informacional a partir da abordagem de Frohmann (1995), na perspectiva da relação entre informação e comunicação, a partir das redes como meio de produção e difusão de informação de interesse para diversos grupos na sociedade. Esse olhar contempla o surgimento da “Q” e a instalação do QAnon como regime de informação no ciberespaço, com amplos reflexões

no meio social, como visto no episódio da invasão do Capitólio, em janeiro de 2020.

Nossa abordagem adotou o modelo de regime de informação de González de Gómez, que aborda os estratos de constituição e funcionamento de um regime de informação, a partir da construção de um valor de informação mediante dispositivos que normatizam as ações, regulam o pertencimento e produzem conteúdos que desinformam sobre relevantes aspectos da vida social. Nessa perspectiva, é possível identificar os movimentos das ações de informação sobre a interação entre os estratos de informação, de modo que as ações do QAnon sejam predominantemente polimórficas, restando ao usuário concordar com os conteúdos veiculados ou sair do grupo.

Com este exercício, esperamos estar contribuindo para a necessária discussão sobre a aplicação de modelos teóricos próprios da Ciência da Informação aos problemas de informação no âmbito do regime de informação da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/bobbio-n-estado-governo-sociedade-para-uma-teoria-geral-da-polc3adtica.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

CASTELLS, M. A revolução da tecnologia da informação. In: CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 67-113.

DELAIA, Claudia Regina. **Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos – à luz do regime de informação**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Portugal: Edições 70, 2013.

FREIRE, I. M. A perspectiva do valor de informação: aplicação teórica no Laboratório de Tecnologias Intelectuais. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 182-203, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47681/rca.v5i2.39368>. Acesso em: 13 maio 2024.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. ANNUAL CONFERENCE: CANADIAN ASSOCIATION FORMIN FORMATION, 23., 1995. **Anais** [...] Edmonton, Alberta: CAIS/ACSI, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 13 maio 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a PósGraduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, v.15, n.1, p.31-43, 2003. Disponível em: <https://www.scielo>.

br/j/tinf/a/FwJWGzhN77SSYWNqwHHyYgw/?lang=pt. Acesso em: 13 maio 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>. Acesso em: 13 maio 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Política e gestão da informação: novos rumos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 28, n. 2, 1999. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/839>. Acesso em: 13 maio 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, [s. l.], v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/111782>. Acesso em: 13 maio 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, [s. l.], v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 13 maio 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2008.

INTELLIGENCE DROPS. **4966**. 27 nov. 2022. Disponível em: <https://qalerts.app/?n=4966>. Acesso em: 13 maio 2024.

KIRKPATRICK, D. Who is behind QAnon? Linguistic detectives find fingerprints. **The New York Times**, Nova York, 19 fev. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/02/19/technology/qanon-messages-authors.html>. Acesso em: 13 maio 2024.

MCINTIRE, M.; ROOSE, K. What happens when QAnon seeps from the web to the offline world. **The New York Times**, Nova York, 9 fev. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/02/09/us/politics/qanon-trump-conspiracy-theory.html>. Acesso em: 13 maio 2024.

O QUE é a teoria conspiratória QAnon que está migrando para o Brasil. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 2021. Son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pmoAgijj2_w. Acesso em: 13 maio 2024.

PAPASAVVA, A.; BLACKBURN, J.; STRINGHINI, G.; ZANNETTOU, S.; CRISTOFARO, E. de. "Is it a Qoincidence?": A first step towards understanding and characterizing the qanon movement on voat.co. **Arxivlabs**, [s. l.], p. 1-14, 14 fev. 2021. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/2009.04885.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

ROMANO, A. New Yahoo News/YouGov poll shows coronavirus conspiracy theories spreading on the right may hamper vaccine efforts. **Yahoo News**, 22 maio 2020. Disponível em: https://news.yahoo.com/new-yahoo-news-you-gov-poll-shows-coronavirus-conspiracy-theories-spreading-on-the-right-may-hamper-vaccine-efforts-152843610.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly-9jYW5hbHRIY2guY29tLmJyLW&guce_referrer_sig=AQAAACrQJwaqPGZjdpNnSEdVnjK-kl4j0pNpU-q166nwjo44FndaHTZ8PgpnopW3e7kO0beVHaJN_iQ-D29_I-dgQNea9N-M2xv13KGQT-zE-7uwRGr_OqoXz0MTMElrBJgAznZXrACCTyKooYbvFMP_xVkX5KksgG68LhR4KJ3oobmd5. Acesso em: 13 maio 2024.

UNGER, J. R.G.; FREIRE, I. M. Sistemas de informação e linguagens documentárias no contexto dos regimes de informação: um exercício conceitual. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 102-115, 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40089>. Acesso em: 13 maio 2024.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/889>. Acesso em: 13 maio 2024.

WONG, J. C. What is QAnon? Explaining the bizarre rightwing conspiracy theory. **The Guardian**, Reino Unido, 31 jul. 2018. p. 1-2. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2018/jul/30/qanon-4chan-rightwing-conspiracy-theory-explained-trump>. Acesso em: 13 maio 2024.

ZUCKERMAN, E.; MCQUADE, M. QAnon and the emergence of the unreal. **The Journal of Design and Science (JoDS)**, Massachusetts, n. 6, p. 1-18, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://innovation.disi.unitn.it/ibict/2019/readings/mandatory/08%20Zuckerman%20%E2%80%94%20QAnon%20and%20the%20Unreal.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.